

• Política

11 MAI 1988

GOVERNO

Um estudo garante ao Planalto a vitória do mandato de cinco anos

por Mariângela Hamú de Brasília

O presidente José Sarney foi informado ontem de manhã, durante uma longa reunião com sua assessoria política e sete ministros de Estado, no Palácio do Planalto, que a Assembléia Nacional Constituinte deverá aprovar, até o final do mês, um mandato de cinco anos para o atual presidente da República.

Após uma cuidadosa avaliação das tendências e dos compromissos firmados até o momento, estado por estado, os assessores informaram ao presidente que seu mandato será fixado em cinco anos por uma diferença de 30 a 40 votos. Pelos mapas elaborados pela liderança do governo na Câmara, sob o comando do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 320 constituintes já se comprometeram a votar a favor dos cinco anos.

Um segundo cálculo — considerado mais realista — também foi fornecido ao presidente Sarney durante a reunião. Pelas contas feitas até agora pelo Gabinete Civil da Presidência, 310 constituintes votarão a favor das teses do governo, que trabalha incansavelmente pela aprovação do mandato de cinco anos. São 30 votos mais que os 280 necessários à aprovação de uma emenda.

"Foi um longo exercício de análise do momento político e concluímos que está tudo bem e que o governo está trabalhando com a hipótese segura de que o mandato de cinco anos será aprovado", disse a este jornal o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Vianna, na condição de um dos mais importantes assessores políticos do presidente.

Outro participante informou que o governo está seguro de cada voto computado pela assessoria política até agora, mas que alguma dúvida ainda paira sobre o comportamento dos constituintes que são candidatos às eleições municipais neste ano. "Estes podem mudar de idéia a qualquer momento e não podemos contar o seu apoio como certo", afirmou.

Da reunião, que durou pouco mais de uma hora, participaram os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Prisco Vianna, da Habitação e Urbanismo; Iris Rezende, da

Sarney virá a São Paulo dia 20

por Ricardo Balthazar de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, anunciou ontem que o presidente José Sarney virá a São Paulo no próximo dia 20, para assinar o último convênio entre o governo federal e o estadual para a conclusão do processo de municipalização dos serviços de saúde no estado.

A municipalização da saúde, desenvolvida pelo governo paulista desde o ano passado, é coordenada pelo Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) e permite aos municípios um controle maior sobre as instalações e o pessoal mantido no setor pelo governo estadual e pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). O convênio que Quércia e Sarney assinaram na sexta-feira da próxima semana, no Palácio dos Bandeirantes, acertará detalhes finais da participação do INAMPS na municipalização da saúde.

Agricultura; João Alves, do Interior; Hugo Napoleão, da Educação e Jader Barbalho, da Reforma Agrária.

Participaram também do encontro, convocado pelo presidente Sarney, o assessor especial para assuntos políticos, Thales Ramalho, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), líderes do governo na Constituinte. O assessor político Henrique Hargreaves, responsável pelos computadores do Palácio do Planalto que controlam as tendências da Constituinte estava no Congresso, acompanhando as votações sobre a reforma agrária.

Outras reuniões semelhantes serão realizadas todas as semanas, até que a Constituinte decida sobre o mandato do presidente José Sarney. Decidida esta questão, o governo promete iniciar uma nova etapa nos seus trabalhos. Estão previstos cortes, troca de ministros, extinção ou fusão de ministérios e fundações, além de um distanciamento bastante nítido entre o governo e os grupos políticos que votaram contra os seus interesses nesta fase dos trabalhos da Constituinte.